

SUMÁRIO

Primeira Parte

DIREITO CIVIL

Vitor Bonini Toniello

Capítulo 1

OBJETO E FINALIDADE DA TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL.....	35
1. Conceito e Divisão do Direito.....	35
1.1. Conceito de direito.....	35
1.2. Fontes jurídicas.....	36
1.3. Direito positivo e direito natural	36
1.4. Direito objetivo e direito subjetivo.....	37
1.5. Direito público e direito privado	37
1.6. A lei.....	38
1.6.1. Conceito e principais características.....	38
1.6.2. Vigência da lei.....	39
1.6.3. A obrigatoriedade das leis	41
2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	42
2.1. O conteúdo e a função da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	42
2.2. A aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	42
2.3. A integração das normas jurídicas.....	43
2.3.1. A analogia	43
2.3.2. O costume	45
2.3.3. Os princípios gerais de direito	45
2.3.4. A equidade.....	46
2.4. Conflito das leis no tempo	46
2.5. Eficácia das leis no espaço.....	47
2.5.1. O princípio da territorialidade moderada e a aplicação da lei estrangeira.....	47
2.5.2. O respeito à ordem jurídica brasileira como pressuposto para aplicação das leis, atos e sentenças estrangeiras no território nacional (art. 17 da LINDB)	50
2.5.3. Da Prova dos fatos ocorridos no exterior (art. 13 da LINDB)	50
2.5.4. Direito Internacional das Famílias	51
2.6. Da Lei nº. 13.655, de 25 de abril de 2018	53
2.6.1. Proibição de decisão fundamentada em valores jurídicos abstratos nos âmbitos administrativo, de controladoria e judicial (art. 20 da LINDB)	53

2.6.2.	Indicação expressa das consequências jurídicas decorrentes da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa (art. 21 da LINDB).....	55
2.6.3.	Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública (art. 22 da LINDB)	56
2.6.4.	Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público (art. 23 da LINDB)	58
2.6.5.	Revisões quanto a validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa (art. 24 da LINDB).....	58
2.6.6.	Compromisso de ajustamento de conduta (art. 26 da LINDB).....	59
2.6.7.	Possibilidade de impor compensação (art. 27 da LINDB)	60
2.6.8.	Responsabilidade pessoal do agente público (art. 28 da LINDB).....	60
2.6.9.	Consultas públicas (art. 29 da LINDB).....	61
2.6.10.	Meios para aumentar a segurança jurídica (art. 30 da LINDB).....	62
3.	Direito Civil	62
3.1.	Conceito	62
3.2.	O Código Civil de 2002.....	63
3.2.1.	Estrutura e conteúdo	63
3.2.2.	Princípios básicos	63
3.2.3.	Direito civil constitucional.....	64
4.	Legislação Relacionada ao Capítulo.....	64
QUESTÕES – CAPÍTULO 1		69

Capítulo 2

DAS PESSOAS.....		73
1.	Personalidade	73
1.1.	Conceito de pessoa	73
1.2.	Personalidade.....	73
1.3.	Direitos da personalidade.....	73
2.	Da Pessoa Natural	74
2.1.	Conceito de pessoa natural	74
2.2.	Capacidade jurídica.....	74
2.3.	Incapacidade	75
2.3.1.	Incapacidade absoluta.....	75
2.3.2.	Incapacidade relativa	77
2.3.2.1.	Os maiores de 16 e menores de 18 anos (art. 4º, I)	77
2.3.2.2.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos (art. 4º, II).....	78
2.3.2.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade (art. 4º, III).....	78
2.3.2.4.	Os pródigos (art. 4º, IV).....	80
2.3.3.	Proteção aos incapazes.....	80
2.3.4.	Cessação da incapacidade	81
2.3.4.1.	Maioridade	81

SUMÁRIO

2.3.4.2. Emancipação	82
2.3.4.2.1. Emancipação voluntária (art. 5º, parágrafo único, I)	82
2.3.4.2.2. Emancipação judicial (art. 5º, parágrafo único, I)	82
2.3.4.2.3. Emancipação legal.....	82
2.4. Começo da personalidade da pessoa natural (art. 2º).....	84
2.5. Individualização da pessoa natural	84
2.5.1. Nome	84
2.5.2. Estado de pessoa natural.....	85
2.5.3. Domicílio.....	86
2.6. Extinção da personalidade da pessoa natural.....	87
2.6.1. Morte real.....	87
2.6.2. Morte simultânea ou comoriência	87
3. Pessoa Jurídica	88
3.1. Conceito de pessoa jurídica.....	88
3.2. Classificação da pessoa jurídica	89
3.3. Pessoas jurídicas de direito privado	90
3.3.1. As associações	90
3.3.2. As sociedades	91
3.3.3. As fundações.....	91
3.3.4. As organizações religiosas.....	92
3.3.5. Partidos políticos	93
3.3.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada – EIRELI	93
3.4. Começo da existência legal da pessoa jurídica.....	94
3.5. Domicílio da pessoa jurídica	95
3.6. Extinção da pessoa jurídica.....	95
3.7. Grupos despersonalizados.....	96
3.8. Desconsideração da personalidade jurídica	97
4. Legislação Relacionada ao Capítulo	100
QUESTÕES – CAPÍTULO 2	107

Capítulo 3

DOS BENS.....	113
1. Objeto da Relação Jurídica	113
2. Classificação dos bens	113
2.1. Bens considerados em si mesmos	114
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos.....	114
2.1.2. Bens móveis e bens imóveis	114
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis (art. 85 CC)	116
2.1.4. Bens consumíveis e inconsúmíveis (art. 86 CC)	117
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis (art. 87 CC)	118
2.1.6. Bens singulares e coletivos (art. 89 e seguintes CC)	119
2.2. Bens reciprocamente considerados.....	121
2.2.1. Bens principais e acessórios (art. 92 CC)	121

2.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares (art. 98)	124
3. Legislação Relacionada ao Capítulo.....	125
QUESTÕES – CAPÍTULO 3.....	127

Capítulo 4

DOS FATOS JURÍDICOS.....	131
1. Fato Jurídico em Sentido Amplo.....	131
1.1. Conceito	131
1.2. Espécies	131
2. Negócio Jurídico.....	132
2.1. Conceito	132
2.2. Classificação dos negócios jurídicos	133
2.2.1. Unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	133
2.2.2. Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes.....	134
2.2.3. Inter vivos e mortis causa	134
2.2.4. Principais e acessórios	135
2.2.5. Solenes e não solenes.....	135
2.3. Elementos do negócio jurídico	135
2.3.1. Requisitos de existência	135
2.3.1.1. Declaração de vontade.....	135
2.3.1.2. Finalidade negocial	136
2.3.1.3. Idoneidade do objeto	137
2.3.2. Requisitos de validade	137
2.3.2.1. Capacidade do agente	137
2.3.2.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	138
2.3.2.3. Forma.....	139
2.4. Interpretação do negócio jurídico	139
3. Da Representação	140
3.1. Introdução e conceito.....	140
3.2. Espécies de representação e de representantes	141
3.3. Conflito de interesses e autocontratação.....	143
4. Da Condição, do Termo e do Encargo.....	146
4.1. Introdução.....	146
4.2. Da Condição	146
4.2.1. Conceito	146
4.2.2. Elementos da condição.....	147
4.2.3. Negócios jurídicos que não admitem condição	148
4.2.4. Das condições proibidas	149
4.2.5. Da invalidade das condições.....	151
4.2.6. Da condição resolutiva: particularidades	152
4.2.7. Pendência, implemento e frustração da condição	154
4.3. Do Termo.....	156
4.3.1. Conceito	156

SUMÁRIO

4.3.2.	Espécies	157
4.3.3.	Os prazos e sua contagem	158
4.4.	Encargo ou modo.....	159
5.	Dos Defeitos do Negócio Jurídico	160
5.1.	Introdução.....	160
5.2.	Erro ou ignorância	161
5.2.1.	Conceito	161
5.2.2.	Espécies	161
5.2.2.1.	Erro substancial e erro acidental	161
5.2.3.	O falso motivo.....	163
5.2.4.	Convalescimento do erro	163
5.3.	0 dolo	163
5.3.1.	Conceito	163
5.3.2.	Espécies de dolo.....	164
5.4.	A coação.....	166
5.4.1.	Conceito	166
5.4.2.	Espécies de coação	166
5.4.3.	Requisitos da coação.....	166
5.4.4.	Coação exercida por terceiro.....	168
5.5.	O estado de perigo.....	168
5.5.1.	Conceito	168
5.5.2.	Elementos do estado de perigo.....	169
5.5.3.	Distinção do estado de perigo e institutos afins	170
5.5.3.1.	Estado de perigo e estado de necessidade	170
5.5.3.2.	Estado de perigo e coação	170
5.6.	A lesão	170
5.6.1.	Conceito	170
5.6.2.	Elementos da lesão	171
5.6.3.	Estado de perigo e lesão	171
5.7.	A fraude contra credores	172
5.7.1.	Conceito	172
5.7.2.	Elementos constitutivos	173
5.7.3.	Hipóteses legais.....	173
5.7.3.1.	Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida....	174
5.7.3.2.	Atos de transmissão onerosa	174
5.7.3.3.	Pagamento antecipado de dívida.....	174
5.7.3.4.	Concessão fraudulenta de garantias.....	175
5.7.4.	Ação pauliana ou revocatória	175
5.7.5.	Fraude contra credores e fraude à execução	176
6.	Da Invabilidade do Negócio Jurídico	177
6.1.	Nulidade.....	177
6.1.1.	Conceito	177
6.1.2.	Espécies de nulidade.....	177

6.1.3. Causas de nulidade	178
6.2. Anulabilidade	179
6.2.1. Conceito	179
6.2.2. Causas de anulabilidade	179
6.3. Diferenças entre nulidade e anulabilidade	179
7. Simulação.....	180
7.1. Conceito	180
7.2. Espécies de simulação.....	181
7.3. Simulação e institutos afins.....	182
8. Legislação Relacionada ao Capítulo.....	183
QUESTÕES – CAPÍTULO 4.....	189

Capítulo 5

DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.....	195
1. Introdução	195
2. Da Prescrição.....	196
2.1. Conceito e requisitos.....	196
2.2. Pretensões imprescritíveis	198
2.3. Prescrição e institutos afins	198
2.4. Disposições legais sobre a prescrição	199
2.5. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição	201
2.6. Das causas que interrompem a prescrição	203
2.7. Dos prazos de prescrição.....	205
2.8. Prescrição intercorrente	209
2.8.1. Prescrição intercorrente no processo do trabalho	213
3. Da Decadência	215
3.1. Conceito e características.....	215
3.2. Disposições legais sobre a decadência	216
4. Legislação Relacionada ao Capítulo.....	218
QUESTÕES – CAPÍTULO 5.....	221

Capítulo 6

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	225
1. A Relação Jurídica Obrigacional.....	225
1.1. Conceito	225
1.2. Elementos constitutivos	225
1.2.1. Elemento subjetivo	225
1.2.2. Elemento objetivo	226
1.2.3. Vínculo jurídico	227
1.3. As fontes obrigacionais no direito brasileiro.....	228
2. Classificação das Obrigações.....	228
2.1. Introdução.....	228

SUMÁRIO

2.2.	Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional	228
2.2.1.	Obrigação de dar	228
2.2.1.1.	Obrigação de dar coisa certa	229
2.2.1.2.	Obrigação de dar coisa incerta	232
2.2.2.	Obrigação de fazer	234
2.2.3.	Obrigação de não fazer	236
2.3.	Classificação quanto à presença de elementos obrigacionais.....	237
2.3.1.	Obrigações solidárias.....	237
2.3.1.1.	Regras gerais.....	237
2.3.1.2.	Da obrigação solidária ativa	238
2.3.1.3.	Da obrigação solidária passiva.....	241
2.4.	Classificação quanto à divisibilidade do objeto obrigacional	243
2.5.	Classificação quanto ao modo de execução.....	246
2.5.1.	Das obrigações alternativas	246
3.	Do Adimplemento Obrigacional.....	247
3.1.	Do pagamento direto	248
3.1.1.	Elementos subjetivos do pagamento direto	248
3.1.1.1.	Quem deve pagar (arts. 304 a 307 do CC/02)	248
3.1.1.2.	A quem deve pagar (art. 308 a 312 do CC/02).....	249
3.1.2.	Elementos objetivos do pagamento direto.....	250
3.1.2.1.	Do objeto.....	250
3.1.2.2.	Da prova.....	252
3.1.3.	Do lugar do pagamento direto.....	253
3.1.4.	Do tempo do pagamento direto	254
3.2.	Dos pagamentos especiais	255
3.2.1.	Da consignação em pagamento.....	255
3.2.2.	Do pagamento com sub-rogação.....	256
3.2.3.	Da imputação do pagamento	259
3.2.4.	Da dação em pagamento	260
3.2.5.	Da novação	261
3.2.6.	Da compensação.....	263
3.2.7.	Da confusão	266
3.2.8.	Da remissão de dívidas	267
4.	Do Inadimplemento Contratual	268
4.1.	Introdução.....	268
4.2.	Do inadimplemento absoluto da obrigação	269
4.3.	Da mora	269
4.4.	Da purgação da mora.....	271
4.5.	Dos juros remuneratórios e moratórios	271
5.	Das arras ou sinal	272
5.1.	Conceito e características.....	272
5.2.	Espécies de arras	273
6.	Legislação Aplicável ao Capítulo	275
	QUESTÕES – CAPÍTULO 6.....	285

CAPÍTULO 7

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	289
1. Princípios Gerais do Direito Contratual.....	289
1.1. Autonomia da vontade	289
1.2. Força obrigatória dos contratos.....	290
1.3. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato	291
1.4. Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva	292
1.5. Princípio do consensualismo.....	293
1.6. Princípio da boa-fé nos contratos.....	293
2. Conceito	294
3. Classificação dos Contratos.....	295
3.1. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	295
3.2. Contratos gratuitos e contratos onerosos	296
3.3. Contratos comutativos e aleatórios.....	296
3.4. Contratos típicos e atípicos.....	297
3.5. Contratos consensuais e reais	297
3.6. Contratos solenes e não solenes.....	297
3.7. Contratos principais e acessórios.....	298
4. Desfazimento da Relação Contratual.....	300
4.1. Extinção.....	300
4.2. Resilição dos contratos	300
4.2.1. Distrato e forma.....	301
4.2.2. Resilição unilateral	302
5. Legislação Aplicável ao Capítulo	303

Capítulo 8

DA RESPONSABILIDADE CIVIL	309
1. Introdução	309
2. Responsabilidade Subjetiva e Objetiva.....	309
3. Responsabilidade Contratual E Extracontratual	311
4. Ato Ilícito.....	312
5. Culpa.....	315
5.1. Culpa em sentido amplo (<i>latu sensu</i>).....	315
5.2. Imprudência, negligência e imperícia	316
5.3. Espécies de culpa	317
5.3.1. Culpa grave, leve e levíssima.....	317
5.3.2. Culpa contratual e extracontratual	317
5.3.3. Culpa in eligendo, in vigilando e in custodiendo	318
5.3.4. Da culpa concorrente.....	318
6. Dano.....	320
6.1. Dano material	320
6.1.1. Dano emergente	321
6.1.2. Lucros cessantes	321

SUMÁRIO

6.2.	Dano moral	322
6.3.	Dano estético	324
7.	Nexo Causal	325
8.	Excludentes Da Responsabilidade.....	327
8.1.	Culpa exclusiva da vítima	327
8.2.	Caso fortuito e força maior.....	328
8.3.	Estado de necessidade	329
8.4.	A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal	330
9.	Legislação Aplicável ao Capítulo	331
	QUESTÕES – CAPÍTULO 8.....	335

Capítulo 9

	DIREITO DAS COISAS.....	339
1.	Introdução	339
1.1.	Conceito	339
1.2.	Direitos reais e direitos pessoais	340
1.2.1.	Distinção.....	340
1.2.2.	Princípios fundamentais dos direitos reais	342
1.3.	Figuras híbridas	343
1.3.1.	Obrigações propter rem	343
1.3.2.	Ônus reais	344
2.	Classificação dos Direitos Reais	345
3.	Da Posse	345
3.1.	Posse e propriedade. Juízo possessório e juízo petitório	345
3.2.	Conceito de posse	347
3.3.	Classificação da posse.....	349
3.3.1.	Posse direta e indireta	349
3.3.2.	Composse.....	350
3.3.3.	Posse justa e injusta	351
3.3.4.	Posse de boa-fé e posse de má-fé	352
3.3.5.	Princípio da continuidade do caráter da posse	354
3.3.6.	Posse nova e posse velha	357
3.4.	Aquisição da posse.....	357
3.4.1.	Modos de aquisição da posse	357
3.4.1.1.	Modos originários de aquisição da posse	358
3.4.1.1.1.	Apreensão da coisa	358
3.4.1.1.2.	Exercício do direito	359
3.4.1.1.3.	Disposição da coisa ou do direito.....	359
3.4.1.2.	Modos derivados de aquisição da posse	359
3.4.1.2.1.	Tradição	360
3.4.1.2.2.	Sucessão na posse	360
3.5.	Perda da posse	361

4.	Da Propriedade	363
4.1.	Conceito. Direitos e faculdades.....	363
4.2.	Caracteres da propriedade.....	366
4.3.	Restrições ao direito de propriedade	366
4.4.	Aquisição da propriedade imóvel pela transcrição. Registro de imóveis.....	367
4.5.	Perda da propriedade	370
5.	Legislação Aplicável ao Capítulo	372
	QUESTÕES – CAPÍTULO 9.....	383

Segunda parte

PROCESSO CIVIL

Luciano Alves Rossato

Capítulo 1

	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E AS NORMAS FUNDAMENTAIS.....	391
1.	Direito Processual Civil	391
1.1.	Conceito	391
1.2.	Ondas renovatórias de acesso à justiça	391
1.3.	Fases metodológicas evolutivas.....	391
2.	Constitucionalismo e a efetivação dos direitos fundamentais	392
2.1.	Estado Democrático e de Direito	392
2.2.	Modelo Constitucional de Processo	393
2.3.	Os Princípios e as Regras Processuais	395
3.	Normas Fundamentais do Processo Civil	395
3.1.	O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear	395
3.2.	Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial	396
3.3.	Impulso Oficial	396
3.4.	Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional	396
3.5.	Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito	397
3.6.	Princípio da Duração Razoável do Processo	398
3.7.	Princípio da boa-fé processual	398
3.8.	Princípio da Cooperação Processual.....	399
3.9.	Princípio da Isonomia.....	399
3.10.	Princípio da publicidade dos atos processuais	400
3.11.	Princípio do Contraditório Dinâmico	400
3.12.	Princípio da Fundamentação Analítica	401
3.13.	Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica.....	402
3.14.	Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual.....	402
3.15.	Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico.....	404
4.	A Norma Processual Civil	404
4.1.	Definição de Lei Processual Civil	404

SUMÁRIO

4.2.	Interpretação da norma processual	404
4.3.	Norma processual no tempo e no espaço	404
5.	0 CPC e o direito intertemporal.....	405
5.1.	Conceito de direito intertemporal	405
5.2.	Critérios	406
6.	Súmulas.....	408
7.	Legislação relacionada ao capítulo.....	408

Capítulo 2

JURISDIÇÃO, AÇÃO E COMPETÊNCIA.....	411	
1.	Jurisdição	411
1.1.	Categorias Jurídicas Básicas	411
1.2.	Definição de jurisdição	411
1.3.	Natureza jurídica	411
1.4.	Princípios	412
1.5.	Jurisdições contenciosa e voluntária	412
1.6.	Características da jurisdição	412
2.	Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional	413
2.1.	Jurisdição exclusiva e jurisdição concorrente.....	413
2.2.	Cooperação internacional	414
3.	Ação	414
3.1.	Conceito	414
3.2.	Condições da Ação	415
3.3.	Classificação	415
4.	Competência	415
4.1.	Critérios	415
4.2.	Modificações de competência.....	418
4.3.	Incompetência	420
4.4.	Fixação da competência	421
4.5.	Conflito de competência	422
4.6.	Cooperação nacional.....	423
4.7.	Dos atos concertados entre os juízes cooperantes	423
4.8.	Da competência da justiça federal	424
5.	Informativos de jurisprudência relacionados aos temas.....	425
6.	Legislação relacionada ao tema	427
QUESTÕES – CAPÍTULOS 1 E 2	443	

Capítulo 3

SUJEITOS PROCESSUAIS.....	451	
1.	Das partes e dos seus procuradores	451
1.1.	Partes.....	451

1.2.	Capacidade processual	451
1.3.	Curatela especial	452
1.4.	Representação de pessoas jurídicas e de entes despersonalizados.....	452
1.5.	Deveres das partes e dos procuradores.....	452
1.6.	Responsabilidade das Partes por Dano Processual	453
1.7.	Sucessão, substituição e representação processual	453
1.8.	Procuradores	455
2.	Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça	457
2.1.	Despesas.....	457
2.2.	Honorários advocatícios	458
2.3.	Multas	461
2.4.	Gratuidade da justiça	461
3.	Litisconsórcio	462
4.	Intervenção de terceiros	465
4.1.	Observações gerais.....	465
4.2.	Da Assistência	465
4.3.	Da Denunciação da Lide	467
4.4.	Do Chamamento ao Processo.....	470
4.5.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	471
4.6.	Do Amicus Curiae	473
5.	Do juiz e dos auxiliares da justiça	473
5.1.	Incumbências do juiz	473
5.2.	Proibição do non liquet.....	474
5.3.	Decisão por equidade	474
5.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei	474
5.5.	Responsabilidade civil do juiz	474
5.6.	Auxiliares da Justiça.....	475
5.6.1.	Escrivão e Oficial de Justiça	475
5.6.2.	Perito.....	477
5.6.3.	Do Depositário e do Administrador	477
5.6.4.	Do Intérprete e do Tradutor.....	478
5.6.5.	Mediadores e Conciliadores.....	478
6.	Ministério Público	479
6.1.	Perfil Constitucional.....	479
6.2.	Intervenção como parte	479
6.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica	480
6.4.	Poderes investigatórios.....	480
6.5.	Responsabilidades.....	481
6.6.	Impedimentos e suspeição	481
7.	Advocacia pública.....	481
8.	Defensoria pública	482
9.	Súmulas e Informativos	482

9.1.	Súmulas do STF	482
9.2.	Súmulas do STJ.....	482
9.3.	Informativos do STF	483
9.4.	Informativos do STJ	483
10	Legislação relacionada ao capítulo.....	485
	QUESTÕES – CAPÍTULO 3.....	503

Capítulo 4

	FATOS E ATOS PROCESSUAIS.....	509
1.	Fatos jurídicos processuais	509
2.	Atos Processuais	509
2.1.	Conceito	509
2.2.	Classificação.....	509
2.3.	Forma dos atos processuais	509
2.4.	Tempo e lugar.....	510
2.5.	Prazos	511
2.5.	Comunicação dos atos processuais	513
2.6.	Nulidades	515
3.	Dos Negócios Processuais	516
4.	Da Distribuição e do Registro.....	517
5.	SÚMULAS E INFORMATIVOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	517
5.1.	Súmulas do STF	517
5.2.	Súmulas do STJ	517
5.3.	Informativos do Superior Tribunal de Justiça	517
6.	Legislação relacionada ao assunto.....	520
	QUESTÕES – CAPÍTULO 4.....	533

Capítulo 5

	TUTELA PROVISÓRIA	541
1.	Tutelas de Urgência e de Evidência	541
2.	Da tutela antecipada e tutela cautelar.....	541
3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente.....	542
4.	Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela	542
5.	Tutela Cautelar Antecedente	543
6.	Tutela da Evidência	544
7.	Estabilização da tutela antecipada.....	544
8.	Súmulas e informativos dos Tribunais Superiores.....	545
8.1.	Súmula do STF	545
9.2.	Súmula do STJ.....	545
9.3.	Informativos do STJ	545
10.	Legislação relacionada ao assunto	546

Capítulo 6

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	549
1. Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	549
2. A Propositura da Ação.....	549
3. Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	550
4. Da Suspensão do Processo	550
4.1. A Suspensão e a Extinção como Causas de Crise do Processo	550
4.2. Efeito da Suspensão: paralisação do processo.	550
4.3. Causas de Suspensão do Processo	551
5. Extinção do Processo	555

Capítulo 7

PROCEDIMENTO COMUM	557
1. Aspectos iniciais	557
2. Audiência de conciliação ou de mediação	557
3. Petição inicial.....	558
3.1. Requisitos e vícios	558
3.2. Pedidos	559
3.3. Deferimento e indeferimento da petição inicial.....	563
3.4. Improcedência liminar do pedido	564
4. Contestação e Reconvenção	565
4.1. Contestação	565
4.2. Reconvenção	565
4.3. Revelia	567
5. Providências preliminares e de saneamento.....	568
6. Julgamento conforme o estado do processo	570
7. Audiência de instrução e julgamento	570
8. Provas.....	571
8.1. Conceito e disposições gerais.....	571
8.2. Distribuição do ônus da prova.	571
8.3. Fatos que independem de prova	572
8.4. Produção antecipada de prova	572
8.5. Ata notarial	572
8.6. Depoimento pessoal	573
8.7. Confissão	573
8.8. Exibição de documento ou coisa	573
8.9. Prova documental	574
8.10. Documentos eletrônicos	575
8.11. Prova testemunhal	575
8.12. Prova pericial	576
8.13. Inspeção judicial	576
9. Informativos de jurisprudência relacionados ao tema	576
10. Legislação relativa ao tema	587

QUESTÕES – CAPÍTULOS 5, 6 E 7	607
--	------------

Capítulo 8

SENTENÇA E COISA JULGADA.....	613
1. Disposições gerais	613
2. Classificações de sentença.....	613
3. Elementos e efeitos das sentenças	615
4. Publicação, intimação, correção e integração da sentença	616
5. Remessa necessária	617
6. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa.	617
7. Coisa julgada	618
8. Liquidação	622
8.1. Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigaçāo.....	622
8.2. Liquidação Provisória e Definitiva.....	623
8.3. Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título.....	623
8.4. Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	623
8.5. Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública ..	624
8.6. Liquidação Incidental e Autônoma	624
8.7. Iniciativa da Liquidação	625
8.8. Procedimentos para Apuração do Valor.....	625
8.9. Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação.....	626
8.10. Condenação em Verba Honorária na Liquidação	626
8.11. Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados.....	626
8.12. Liquidação Imprópria	627
9. Informativos De Jurisprudência Relacionados Ao Tema	627
10. Legislação relativa ao tema	634
QUESTÕES – CAPÍTULO 8.....	639

Capítulo 9

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO	643
1. Cumprimento de Sentença	643
1.1. Procedimento.....	643
1.2. Intimação do devedor	643
1.3. Legitimados no cumprimento de sentença	645
1.4. Competência para a fase de cumprimento de sentença	645
1.5. Admissibilidade do protesto	646
1.6. Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes	646
1.7. Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigaçāo de pagar quantia certa	646
1.8. Cumprimento de sentença e a fazenda pública.....	647
1.8.1. Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública	647

1.8.2.	Cumprimento de Obrigaçāo de Fazer e de Entregar contra a Fazenda Pública.....	648
1.8.3.	O Oferecimento de Impugnação ao Cumprimento de Sentença	648
1.8.4.	Procedimento.....	649
1.8.5.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigaçāo de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública	649
1.8.6.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução	650
1.8.7.	Matérias Alegáveis na Impugnação.....	651
1.8.8.	Pronunciamento que Decide a Impugnação.....	652
1.8.9.	Impugnação.....	653
1.8.10.	A inexigibilidade das sentenças judiciais	656
2.	Processo de execução.....	657
2.1.	Execução em geral.....	657
2.1.1.	Disposições gerais	657
2.1.2.	Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução	657
2.1.3.	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça	657
2.1.4.	Desistência da Execução	658
2.1.5.	Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor.....	659
2.2.	Das Partes.....	659
2.3.	Competência	659
2.4.	Requisitos para realizar qualquer execução	660
2.5.	Responsabilidade Patrimonial.....	660
2.6.	Fraude à execução	662
2.7.	Das diversas espécies de execução.....	663
2.7.1.	Direito de Preferência	663
2.7.2.	Petição Inicial no Processo Executivo	664
2.7.3.	Nulidade da execução	667
2.8.	Da Execução para a Entrega de Coisa.....	667
2.9.	Da Entrega de Coisa Incerta	668
2.10.	Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer.....	668
2.11.	Da Execução por Quantia Certa	669
2.11.1.	Disposições Gerais	669
2.11.2.	Despacho Inicial	670
2.11.3.	Averbação acautelatória.....	670
2.11.4.	Citação Inicial	671
2.11.5.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo	671
2.11.6.	Penhora.....	672
2.11.7.	Avaliação	681
2.11.8.	Meios Expropriatórios	682
2.11.9.	Satisfação do Crédito	689
2.11.10.	Execução contra a Fazenda Pública	689

2.12.	Embargos à Execução	690
2.12.1.	Natureza Jurídica.....	690
2.12.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos	690
2.12.3.	Efeito Suspensivo.....	692
2.12.4.	Pronunciamento que decide os embargos	692
2.13.	Suspensão e extinção do processo de execução.	693
2.13.1.	Suspensão do processo de execução	693
2.13.2.	Extinção da execução	693
3.	Execução Fiscal	693
3.1.	Espécie de Ação Tributária	693
3.2.	Técnica extrajudicial de cobrança: protesto de dívida ativa.	694
3.3.	Regência da Execução Fiscal	695
3.4.	Fundamento da execução fiscal	695
3.5.	Cancelamento e Substituição da CDA:	695
3.6.	Competência	696
3.7.	Legitimidade Ativa	696
3.8.	Legitimidade Passiva	697
3.9.	Procedimento	698
3.10.	Garantia do juízo	699
3.11.	Atos executivos.....	699
3.12.	Defesa incidental	700
3.13.	Exceção de pré-executividade	702
3.14.	Recursos.....	702
3.15.	Discussão sobre o art. 38, parágrafo único.	702
3.16.	Medida Cautelar Fiscal	703
4.	SÚMULAS E INFORMATIVOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	703
4.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	703
4.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	703
5.	Informativos do Supremo Tribunal Federal	707
6.	INFORMATIVOS STJ	708
7.	LEGISLAÇÃO	716
	QUESTÕES – CAPÍTULO 9.....	747

Capítulo 10

	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	755
1.	Espécies	755
2.	Ação de Consignação em Pagamento	755
2.1.	Finalidade	755
2.2.	Efeito interruptivo da prescrição:.....	755
2.3.	Consignação extrajudicial:.....	755
2.4.	Procedimento da Consignação Extrajudicial:	756
2.5.	Procedimento da ação consignatória	756
2.6.	Sentença na ação consignatória:.....	758

2.7. Consignatória: ação de natureza dúplice.	758
2.8. Consignatória: dúvida quanto ao titular do crédito.....	758
3. Ação de Exigir Contas	759
4. Ações Possessórias	760
5. Embargos de Terceiro.....	763
6. Ação Monitória.	765
7. Oposição	767
8. Inventário e partilha.	768
9. Habilitação	769
10. Ações de família	770
11. Procedimentos de Jurisdição Voluntária.....	772
11.1. Natureza Jurídica	772
11.2. Ações processadas de acordo com as regras do Procedimento de Jurisdição Voluntária.....	772
11.3. Notificação, Interpelação e do Protesto	773
11.4. Alienação Judicial.....	773
11.5. Separação, divórcio e alteração de regime de bens	773
11.6. Testamentos e dos codicilos	774
11.7. Herança jacente.....	774
11.8. Bens dos ausentes	775
11.9. Das coisas vagas.....	775
11.10. Da interdição	776
11.11. Disposições comuns à Tutela e à Curatela.....	777
11.12. Organização e da fiscalização das fundações	778
12. SÚMULAS.....	779
12.1. Súmulas STF.....	779
12.2. Súmulas STJ	780
12.3. Informativos STF.....	781
12.4. Informativos STJ	781
13. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO	786

Capítulo 11

AÇÕES CONSTITUCIONAIS	811
1. A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	811
2. A jurisdição constitucional das liberdades.....	811
3. O habeas corpus no processo civil	812
3.1. Aspectos Iniciais	812
3.2. Legitimidade de Agir.....	812
3.3. Capacidade Postulatória	813
3.4. Concessão de Ofício	813
3.5. Atos que podem ser objeto do habeas corpus.....	813
3.6. Prisão civil	814
4. Mandado de segurança	814

4.1.	Evolução histórica e natureza do mandado de segurança	814
4.2.	O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança	815
4.3.	O polo ativo do mandado de segurança individual	816
4.4.	Litisconsórcio	817
4.5.	O polo passivo no mandado de segurança	819
4.6.	A autoridade apontada como coatora	819
4.7.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade.....	820
4.8.	Inviabilidade da produção de provas no mandado de segurança	820
4.9.	Sentença proferida no mandado de segurança	820
4.9.1.	Sentença Denegatória da Ordem sem Análise do Mérito.....	821
4.9.2.	Denegação com análise de mérito ou Concessão da Ordem	822
4.10.	Coisa julgada e Cumprimento de Sentença	823
4.11.	Os recursos no mandado de segurança	824
4.12.	Mandado de Segurança Coletivo	827
4.13.	Execução Individual da Sentença Coletiva	828
4.14.	Sustentação oral em Tribunal	828
5.	Ação popular	829
5.1.	Definição	829
5.2.	Espécie do gênero ações coletivas	829
5.3.	Legitimação ativa coletiva	831
5.4.	Legitimação para a propositura da ação popular.....	831
5.5.	Polo passivo.....	831
5.6.	Do Procedimento da Ação Popular	832
5.7.	Da Sentença na Ação Popular.....	833
5.8.	Da Coisa Julgada	833
5.9.	Remessa Necessária	833
6.	Habeas data	834
6.1.	Previsão constitucional e regulamentação procedural.....	834
6.2.	Legitimidade	834
6.3.	Condições específicas para a ação	834
6.4.	Aspectos procedimentais	834
6.5.	Competência	835
7.	Ação de improbidade administrativa	836
7.1.	Aspectos de direito material.....	836
7.2.	Legitimidade	839
7.3.	Procedimento de Improbidade Administrativa.....	839
7.4.	A impossibilidade de celebrar transação em ação de improbidade administrativa	840
7.5.	Sequestro e Arresto de Bens	840
7.6.	Afastamento Provisório	840
7.7.	Indisponibilidade de Bens.....	840
7.8.	Prevenção do Juízo	841
7.9.	Da Sentença	841

7.10. Da Prescrição	841
8. Ação civil pública	843
8.1. Denominação de Ação Civil Pública e interesses tutelados pela lei da Ação Civil Pública	843
8.2. Dos entes legitimados	844
8.3. Coisa julgada.....	846
9. Súmulas.....	846
9.1. Súmulas do STF	846
9.2. Súmulas do STJ.....	848
10. Legislação relacionada ao capítulo	848

CAPÍTULO 12

SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	851
1. Subsistema dos juizados especiais.....	851
1.1. Princípios informadores	851
2. Juizados Especiais Cíveis	851
2.1. Competência	851
2.2. Das causas excluídas da competência dos juizados	852
2.3. Da competência territorial	853
2.4. Participação no processo	853
2.5. Da vedação da intervenção de terceiros	854
2.6. Dos conciliadores e dos juízes leigos	854
2.7. Da equidade	854
2.8. Da conciliação e da instrução e julgamento	855
2.9. Do recurso inominado	855
2.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	856
2.11. Recurso extraordinário.....	856
2.12. Não cabimento do recurso especial	856
2.13. Reclamação	856
2.14. Do não cabimento da ação rescisória	857
3. Juizados Especiais da Fazenda Pública	857
3.1. Criação	857
3.2. Competência	857
3.3. Partes.....	858
3.4. Inexistência de Prazos Diferenciados	858
3.5. Recursos.....	858
3.6. Cumprimento de Sentença	859
4. Juizados Especiais Federais.....	860
4.1. Competência	860
4.2. Procedimento.....	862
4.3. Recursos.....	863
5. Informativos de jurisprudência relacionados ao tema	868
6. Enunciados do Fonaje, Fonajef e Fonajefp	870
7. Legislação relativa ao tema	895

QUESTÕES – CAPÍTULOS 10, 11 E 12 907

Capítulo 13

DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	913
1. Da Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais	913
1.1. Disposições Gerais	913
1.2. Os Precedentes no CPC.....	914
1.3. O manuseio dos precedentes	915
1.3.1. A técnica da distinção	915
1.3.2. A superação do precedente.....	915
1.3.3. A modulação de efeitos.....	918
2. Da ordem dos processos nos tribunais.....	920
2.1. Imediata Distribuição.....	920
2.2. Prevenção do Relator.....	920
2.3. Incumbências do Relator	920
2.4. Intimação do Recorrente ou das Partes para Manifestação.....	921
2.5. Sustentação Oral.....	922
2.6. Do Julgamento do Recurso ou da Ação Originária	922
2.7. Quórum Ampliado para o Julgamento.....	923
2.7.1. Antigos Embargos Infringentes	923
2.7.2. A exigência de quórum ampliado	924
2.7.3. Ampliação do quórum na apelação	925
2.7.4. Ampliação do quórum na ação rescisória	925
2.7.5. Ampliação do quórum no julgamento de agravo de instrumento	925
2.7.6. Atuação dos Julgadores Convocados	925
3. Processos e Incidentes Específicos nos Tribunais.....	926
3.1. Incidente de assunção de competência	926
3.1.1. Natureza Jurídica.....	926
3.1.2. Admissibilidade do Incidente	927
3.2. Do incidente de arguição de constitucionalidade	928
3.2.1. Formas de reconhecimento da constitucionalidade	928
3.2.2. Reconhecimento da constitucionalidade pelo juiz de primeiro grau	928
3.2.3. Reconhecimento da constitucionalidade pelo tribunal	928
3.2.4. Legitimidade para a arguição.....	929
3.2.5. Cisão de competência	929
3.2.6. Vedaçāo de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial ...	930
3.2.7. Permissão de manifestação das pessoas jurídicas de Direito público....	930
3.2.8. Intervenção dos legitimados à propositura de ação de controle de constitucionalidade	930
3.2.9. Intervenção do amicus curiae	930
3.3. Conflito de competência.....	930

3.3.1.	As Espécies de Conflito de Competência	930
3.3.2	Competência para o Julgamento	931
3.4	Homologação de sentença estrangeira e do exequatur às cartas rogatórias.....	932
3.4.1.	Limites da Jurisdição Nacional	932
3.4.2.	Cooperação jurídica internacional	934
3.4.3.	A homologação de decisão estrangeira.....	934
3.4.4.	A concessão do exequatur	935
3.4.5.	A competência para a execução	935
3.5	Ação rescisória	935
3.5.1.	Conceito	935
3.5.2.	Objeto da Ação Rescisória	936
3.5.3.	A Rescisão de Apenas Um Capítulo da Decisão.....	938
3.5.4.	Competência para Julgamento	938
3.5.5.	Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente	939
3.5.6.	Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	940
3.5.7.	Observância do prazo decadencial.....	940
3.5.8.	Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa	942
3.5.9.	Hipóteses indicadas no art. 966 CPC	943
3.5.10.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória	944
3.5.11.	Polo Passivo	945
3.5.12.	Não impedimento à execução	945
3.5.13.	Indeferimento da petição inicial	945
3.5.14.	Improcedência Liminar do Pedido	945
3.5.15.	Resposta do réu	945
3.5.16.	Prescrição intercorrente	945
3.6	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	945
3.6.1.	Finalidade	945
3.6.2.	Abrangência	946
3.6.3.	Legitimização	946
3.6.4.	Vinculação	946
3.6.5.	Suspensão de todos os processos determinada pelo STF ou pelo STJ.....	947
3.7	IRDR e os Juizados Especiais	947
3.8	Reclamação	948
3.8.1.	Natureza Jurídica e Finalidade	948
3.8.2.	Inadmissibilidade.....	948
3.8.3.	Reclamação para Observância de Precedente	948
3.8.4.	Transcendência dos Motivos Determinantes.....	949
3.8.5.	Reclamação no âmbito da Turma Nacional de Uniformização (TNU).....	950
4.	Recursos: parte geral	951
4.1.	Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....	951
4.2.	Princípios Recursais.....	951
4.3.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos	956
4.3.1.	Classificação dos requisitos de admissibilidade	956

4.3.2. Os requisitos intrínsecos.....	956
4.3.3. Requisitos extrínsecos	960
4.4. Efeitos dos recursos	968
4.5. Do recurso adesivo.....	970
4.5.1. Observações gerais.....	970
4.5.2. O recurso adesivo como espécie do recurso subordinado	971
4.6. Do recurso parcial	971
5. Recursos em espécie.....	972
5.1. Apelação	972
5.2. Agravos (Agravo de Instrumento e Agravo Interno).....	974
5.2.1. Agravo de Instrumento	974
5.2.2. Agravo Interno	975
5.3. Embargos de declaração	975
5.4. Embargos de Divergência	976
5.5. Recurso Ordinário	976
5.6. Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	977
5.6.1. Cabimento.....	977
5.6.2. Concessão de efeito suspensivo	977
5.6.3. Juízo de Admissibilidade.....	978
5.6.4. Interposição conjunta do recurso extraordinário e do recurso especial.....	978
5.6.5. Questão constitucional constatada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	978
5.6.6. Ofensa reflexa à Constituição	978
5.6.7. Efeito devolutivo no recurso extraordinário ou no especial.....	978
5.6.8. Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais	978
5.6.9. A escolha dos recursos representativos da controvérsia	979
5.6.10. Decisão de afetação	979
5.6.11. Requerimento de destravamento – caso distinto.....	979
5.6.12. Extensão da decisão proferida nos recursos afetados	979
5.6.13. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário.....	979
5.7. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	980
5.8. Embargos de Divergência	980
5.8.1. Cabimento	980
5.8.2. Confronto de teses	980
5.8.3. Interrupção de Prazo para o Recurso Extraordinário	981
6. Súmulas e informativos dos tribunais superiores.....	981
6.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	981
6.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	982
6.3. Informativos do STF	982
6.4. Informativos do STJ.....	985
7. Legislação relacionada ao capítulo.....	988
QUESTÕES – CAPÍTULO 13	1009